

PRECATÓRIOS E VITÓRIA DE PIRRO



Arquivo pessoal

Sidnei Beneti



Arquivo CVB

Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Doutor em Direito Processual pela USP. Presidente Honorário da União Internacional de Magistrados.

1. Venho acompanhando a involução do pagamento dos débitos da Fazenda Pública há quaranta anos, desde a era das desapropriações do Prefeito Faria Lima e do ABC paulista, depois as do Metrô e Rodovia dos Imigrantes, passando pela variada espécie quando por dez anos integrei a 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo e, finalmente, como Presidente dessa Seção, designado Coordenador do Departamento de Precatórios do Tribunal - os quais se calculavam em torno 150.000.000 à época!

2. Em outros tempos, nem se falava em precatórios, mas, sim, em "Ofícios Requisitórios", que eram efetivamente pagos, às vezes com demora, mas geralmente ao tempo de vida dos credores. Em época de inflação exacerbada, cada processo passou a gerar novos requisiitórios de restos a pagar. Começara o fenômeno incrível da eternização dos processos.

3. Como juiz de São Bernardo do Campo enfrentei a questão jurisdicionalmente. A decisão foi mantida em avassaladora unanimidade nacional. Eram os Precatórios Reajustáveis, isto é, um só precatório para a requisição de depósito de uma vez só de todo o valor do débito automaticamente atualizado pelos índices oficiais, por mero cálculo que a Fazenda devedora devia fazer

ao depositar, como fazemos quando pagamos tributos em atraso. Os Governos começaram a pagar e os processos se extinguíam. Lembro-me de que algumas administrações do ABC pagaram tudo e a Imprensa noticiou. Escrevi, satisfeito e esperançoso um pequeno relato histórico ("O Estado de São Paulo", 22.6.1980, RF 290/479 e RJTJESP 84/15).

4. Mas veio a reversão no Supremo Tribunal Federal, em Acórdão de que Relator, se bem me lembro, o Min. OSCAR CORREIA, em caso histórico, no qual o Governo de São Paulo alegava que iria quebrar, ante a iminência de pagar dois precatórios antigos ainda não pagos, um de uma vetusta desapropriação de imensa área na Comarca de Palmital e outro, pasmem! O débito da desapropriação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro - sob o Governo Carvalho Pinto, e estava-se sob o Governo Franco Montoro! Restou o consolo do solitário voto vencido, do recém-nomeado Min. SYDNEY SANCHES!

5. Depois aconteceu a Constituição Federal de 1988 e seu nexu procrastinatório do art. 37 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dando ao Poder Público o prazo de 8 anos para pagar débitos inadimplidos! Meu Deus! Todos os processos que aguardavam pagamento foram ao recálculo, e vários recálculos, ante o depósi-

to parcial de correções! Nas Varas de Fazenda Pública, já vergadas ao peso dos processos, vieram a multiplicar-se as execuções contra a Fazenda Pública - com as partes que já começavam a envelhecer em Juízo, a atribuir a culpa pela demora ao Juiz, ao cartório e ao Advogado - estes, que calculavam e recalculavam, enfrentavam o *motu perpetuo* dos recursos produzidos do nada, sobre questão que se julgava inúmeras vezes, à necessidade de atualizações. E nada de acabarem os processos!

6. E veio a Emenda 30/2000, que prorrogou o Ato Transitório com prazo suplementar de 10 anos! E vieram as disposições sobre precatórios de pequeno valor, e de valores alimentares, de desdobramento do valor de honorários. Reflita-se: o que era um processo só, com um precatório só, virou o prodígio de dar cria a vários! E se muitos os autores, havendo que verificar a situação de cada um, para ver se de pequeno valor, se alimentar, se de honorários! Um paroxismo de gerar processos e autos do nada, e de subirem e descerem e voltarem a subir, de requisitar valores e aguardar, para depois recalcular e começar de novo! E as partes esperando, maldizendo o Judiciário, enquanto Juizes, contadores, setores de precatórios gigantescos, se esfalfam em calcular, recalcular, julgar e rejulgar recursos surgidos em cada incidente em matéria sempre complicada como a de cálculo de correção, dois tipos de juros, percentuais e honorários...

7. Agora surge nova perspectiva de outorga - por texto constitucional, lembre-se, de modo que o Judiciário terá de fazer cumprir - de prazo suplementar de mais 10 anos, por meio de nova Emenda Constitucional. O que já vinha demorado, recebeu 8 anos de prazo na Constituição de 1988, mais

"Mais uma vitória como esta e estamos perdidos!" Só lembrando a triste "Vitória de Pirro".

10 anos pela Emenda 30, e deverá ter mais 10 por nova Emenda Constitucional - com a agravante de que, agora será abandonada a ordem cronológica dos pagamentos e de que eles se subordinarão a limite de verba segundo as possibilidades orçamentárias... Aos Juizes sobrarão mais um fator de demora obrigatória, que a opinião pública, não podendo compreender isso de precatórios e concessão sucessiva de prazos, atribuirá ao Poder Judiciário! E haja novas complicações processuais, a produzir recursos em escala, que irão, em cada incidente processual, até os Tribunais Superiores, para, quando retornarem julgados, já haver outra reforma que obrigará ao eterno recomeçar dos processos que não terminarão nunca! Só a vida de quem tem a receber da Fazenda Pública...

8. Um dia escrevi, honrado por solicitação de Ives Gandra da Silva Martins, para publicação em homenagem à Ministra Ellen Gracie Northfleet, um segundo artigo, denominado "Os Precatórios e o Mito de Sísifo", em que contei a perplexidade de colegas Juizes alemães, norte-americanos, canadenses, ingleses e ibéricos, quando, em congresso da União Internacional de Magistrados, lhes perguntei como faziam para obrigar a Fazenda Pública a pagar os débitos a que condenada judicialmente e, boquiabertos, não entendiam a pergunta, porque nas suas terras, se o Governo é condenado a pagar, simplesmente paga, median-

te a só comunicação da condenação! Lembrei Sísifo, aquele triste apenado de Zeus, condenado a eternamente levar ao topo de elevado penhasco um pesado rochedo, para, sem seguida, inexoravelmente vê-lo deslizar de novo ao baixo, para ter de novamente carregá-lo acima - repetindo eternamente o suplício. Assim é nos precatórios. Quando, após levar o processo várias vezes até os tribunais superiores, pensa-se que ele terminou, vã ilusão, a tarefa recomeça. Eternamente!

9. Irrecusável o convite de esquecer vindo de um Amigo, Mestre e Companheiro como o Editor-Adjunto Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, volto ao assunto dos precatórios. Lembro a tristeza de Enéias, quando Dido lhe ordena contar a destruição de Tróia, no verso magnífico de Virgílio na Eneida: *Infandum, Regina, jubes renovare dolorem* ("Pobre de mim, Rainha, ordenas que eu renove a dor"). Tenho de re-recordar a citação com que iniciei o relato de "Os Precatórios e o Mito de Sísifo", bem apropriada aos que ganham um processo contra a Fazenda Pública e têm de aguardar a eternidade do precatório para receber: "Mais uma vitória como esta e estamos perdidos!" Só lembrando a triste "Vitória de Pirro".



Livro indicado:



O PAGAMENTO DE TRIBUTOS POR MEIO DE PRECATÓRIOS

José Otávio de Vianna Vaz

www.delreyonline.com.br